



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

**ATA Nº 3344183/2017 - PRESI/GABPRES/ADEG**



**CGER-3R**  
**COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

**Evento:** 10ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região – CGER-3R

**Data:** 14 de dezembro de 2017

**Horário:** 15h30

**Local:** Sala de Reuniões da Diretoria-Geral

**Pauta:** 1 – Apresentação dos resultados parciais das metas de 2017.  
2 – Metas estratégicas para 2018 e sua comparação com as de 2017.  
3 – Ações adotadas para cumprimento das deliberações do CGER-3R.  
4 – Projetos.

**Elaboração:** Vitor Neves Ribeiro

**Processo:** 0045098-49.2017.4.03.8000

**PARTICIPANTES:**

<b>Nome:</b>	<b>Cargo/Função:</b>	<b>Órgão:</b>
Cecília Maria Piedra Marcondes	Des. Federal Presidente	TRF3
Therezinha Astolpho Cazerta	Des. Federal Corregedora Regional	TRF3
Sérgio Nascimento	Des. Federal Coordenador dos JEFs da 3ª Região	TRF3
Fabiano Lopes Carraro	Juiz Federal em auxílio à Presidência	TRF3
Jean Marcos Ferreira (por videoconferência)	Juiz Federal Diretor do Foro	SJMS
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor Geral	TRF3
Rosana Moraes Zonaro	Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3
David Panessa Baccelli	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	TRF3
Jader Carlos Videira	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Máira Záu Serpa Spina D'Eva	Assessora da Coordenadoria dos JEFs da 3ª Região	TRF3
Julio César Tiraboschi Júnior	Assessor Administrativo de Comunicação Social	TRF3
Vitor Neves Ribeiro	Supervisor da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3
Márcia Guedes de Castro	Supervisora da Seção de Suporte a Eventos de Educação Corporativa da EMAG	TRF3
Osny Magalhães Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa	SJMS

(por videoconferência)

Adriana Barros Verruck (por videoconferência)	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos	SJMS
Dinalva Conceição Machado Costa	Diretora do Núcleo de Apoio Judiciário	SJSP
Kátia de Cássia Egídio	Supervisora da Seção de Apoio às Secretarias de Varas do Núcleo de Apoio Judiciário	SJSP
Liliane Favini	Supervisora da Seção de Gestão Estratégica e de Processos do Núcleo de Gestão Estratégica, Inovação e Desenvolvimento Institucional	SJSP

#### ASSUNTOS TRATADOS:

Dra. Cecília abriu a reunião, agradecendo a todos pela presença e passou a palavra para Rosana.

Por ser a última reunião do ano, Rosana informa que será dado um panorama dos resultados das metas da 3ª Região assim como será passado o que já foi decidido como metas para 2018. Não houve grandes alterações das metas de 2017 para 2018. Será dado um posicionamento dos projetos estratégicos aprovados pelo CGER-3R ao longo do ano e se possível serão feitas deliberações para impulsionar o andamento de alguns projetos.

#### Apresentação dos resultados parciais das metas de 2017

Vitor discorre sobre as metas dizendo que os resultados são do período de janeiro a outubro/2017.

Em relação a meta 1 (produtividade), no geral a 3ª Região alcançou 113,9%, ou seja, diminuiu o estoque de processos. O único segmento da Região que não diminuiu o seu estoque foram os Juizados Especiais Federais. Rosana chama a atenção que, ao passo que a 3ª Região apresentou a maior produtividade comparativamente com as outras Regiões, a Região ficou com o menor IPC-Jus de 2017.

Em relação à meta 2 (processos antigos), no geral a 3ª Região ficou com 90,94% de cumprimento para os processos distribuídos até 2012 (1º e 2º graus). Para os distribuídos em 2013 (1º e 2º graus), o cumprimento foi de 102,8%. Já os distribuídos até 2014 (JEFs e TRs), o cumprimento ficou em 97,4%. Após indagação da Dra. Cecília, Kátia esclareceu que os processos sobrestados e suspensos não são considerados no cálculo.

A meta 3 (conciliação), apresentando o maior destaque de todas, apresentou 311,4% de cumprimento.

Sobre a meta 4 (improbidade administrativa), o grau de cumprimento na Região foi de 90%. Rosana destacou a evolução no cumprimento dessa meta em relação a 2016, quando o cumprimento ficou em torno de 60%. Dr. Fabiano destaca que, recentemente, o Conselho da Justiça Federal (CJF) encaminhou à Presidência uma solicitação de informações em relação a conveniência e oportunidade de se promover especialização de varas para julgamento de ações de improbidade administrativa e que houve, por parte das Diretorias dos Foros da SJSP e da SJMS, bem como da Presidência, encaminhamento de números, dados e opiniões dos magistrados, que foram compilados e serão encaminhados ao CJF, e caso gere algum resultado prático, poderá influenciar no cumprimento da meta em 2018.

A meta 5 (execução não fiscal) apresentou grau de cumprimento de 101,4% na 3ª Região.

A meta 6 (ações coletivas) teve 86,3% de cumprimento na 3ª Região. Rosana explica que se for confirmada a tendência de elevação do percentual cumprimento da meta, há a possibilidade de que, no ano próximo ano, o COGEST proponha para a 3ª Região mudar para uma faixa de cumprimento maior do que a atual (70%). Após questionamento do Dr. Fabiano, Kátia afirmou que as ações suspensas não são consideradas para o cálculo da meta. Dr. Fabiano justificou a indagação pelo fato de que, há aproximadamente três anos, veio uma determinação do STJ de suspensão de todas as ações que tratavam da correção monetária do saldo do FGTS, e muitos sindicatos entraram com ações coletivas relacionadas a essa matéria, impassíveis de julgamento até o presente. Afirmou que, caso esse dado não tivesse sido excluído, geraria uma "poluição" no cálculo da meta. Dra. Cecília explicou que no 2º grau o processamento dessas ações é mais fácil por não haver instruções, ao contrário do 1º grau, onde o processamento é mais difícil por haver a fase de instrução. Dra. Therezinha indagou se as demais Regiões também estão na mesma faixa de cumprimento que a 3ª Região. Rosana informou que a 1ª Região também está na faixa de 70%, sendo a Região que possui o maior número de ações coletivas e a com maior dificuldade para cumprir essa meta. As demais Regiões estão em faixas superiores (2ª e 4ª na faixa de 80%, e a 5ª na faixa de 85%). Dra. Therezinha indagou se foi possível identificar a razão para o não cumprimento dessa meta na 3ª Região. Rosana informou que, segundo uma pesquisa feita recentemente, a maior complexidade encontra-se na faixa de instrução, somada ao despreparo dos servidores nessa matéria. Dra. Therezinha afirma que, provavelmente, essas dificuldades também ocorrem nas demais Regiões, e que talvez o volume de processos possa ser a razão para o não cumprimento da meta na 3ª Região. Rosana informou que há uma ação aprovada na 8ª reunião do CGER-3R, mas que não pode ser implementada em 2017, que é promover encontros com magistrados e servidores (workshops) para identificar os principais problemas e propor soluções para atuar nesses tipos de ações. Esclareceu que esta ação contará com o apoio da Seção Judiciária de São Paulo, mas que devido ao volume de atividades, não pode ser ocorrer neste ano, mas que pretende-se que ocorra já no primeiro trimestre de 2018 para que gere resultados positivos no final do ano.

Na 3ª Região, a meta 7 (ações criminais) teve 100,3% de cumprimento em relação aos processos baixados, e 102,8% em relação aos processos julgados.

Meta 8 (ações penais) a 3ª Região ficou com 103,5% no cumprimento geral, sendo 102,1% em relação aos crimes contra a administração e 78,7% em relação aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo.

#### Metas estratégicas para 2018 e sua comparação com as de 2017

Vitor apresentou as novidades para 2018 para as metas estratégicas.

A Meta 1 teve apenas uma alteração no cálculo, onde serão excluídos os processos sobrestados ou suspensos. Num levantamento feito com o apoio dos NUAJs e da Coordenadoria dos JEFs, identificou-se que o número de processos sobrestados ou suspensos é irrisório e praticamente não causam impacto para as Varas e para as TRs (menor que 1%). Já para os JEFs o impacto existe e é na ordem de 13%.

Meta 4 permaneceu o índice de 70% nos processos com 3 anos, porém agora serão medidos na Meta 4 os crimes relacionados a improbidade administrativa deixando de serem medidos na Meta 8, que ficará apenas com exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de

pessoas.

Meta 2, 3, 5, 6 e 7 permanecem inalteradas.

### **Ações adotadas para cumprimento das deliberações do CGER-3R**

Rosana falou sobre as deliberações do CGER-3R desde o início do ano de 2017, o que vem sendo implementado e alguns resultados.

Houve a deliberação de estudar o impacto dos processos sobrestados e suspensos em comparação com o número de processos distribuídos, de forma a dar subsídio para uma eventual proposta de alteração da fórmula de cálculo da meta 1, onde aqueles processos seriam desconsiderados no cálculo da citada meta. Conforme já mencionado, o estudo foi feito, mas acabou perdendo objeto, visto que foi aprovada a alteração em comento da meta 1 para 2018 pelos Presidentes dos TRFs no 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido nos dias 20 e 21/11/2017.

Sobre as metas 2, 4, 6 e 8, deliberou-se pelo levantamento das relações dos processos pendentes de julgamento e respectivos juízos, para posterior aos mesmos juntamente com a solicitação de providências para o seu cumprimento. No Tribunal, as listagens foram enviadas aos Gabinetes dos Desembargadores. No 1º grau, as listagens foram enviadas às Diretorias dos Foros da SJSP e SJMS, que providenciaram o envio das listagens às varas. Vítor destacou que a Coordenadoria dos JEFs se antecipou em relação a esta providência, providenciando e enviando as listagens dos processos aos JEFs e às TRs.

Sobre as metas 4 e 6 (já mencionado), houve a deliberação de realizar um *workshop* com magistrados e servidores para levantamento de possíveis soluções para o incremento dos resultados. Como não foi possível a realização em 2017, foi feita a proposta de que fique deliberado pelo Comitê a realização desse *workshop* no primeiro trimestre de 2018.

Em relação ao IPC-Jus, foi deliberado para que fosse feita a avaliação das variáveis para identificação de aspectos que possam ser trabalhados para melhora do índice. Em síntese, o IPC-Jus é composto por quatro variáveis: entrada de processos, saída de processos, pessoal e despesas. Em relação à despesa, há uma dúvida se, no valor apurado, consta ou não o montante pago com precatórias. Dr. Fabiano chama a atenção pela grande mudança de um ano para outro em relação à colocação da JF da 3ª Região no IPC-Jus. Dinalva propõe que sejam consultadas as áreas que fornecem os dados para o IPC-Jus, para que informem sobre as alterações dos dados de um exercício para o outro. A proposta é que se reúnem as áreas envolvidas para que se faça essa análise e que se apresente um plano de ação até o final de fevereiro de 2018.

### **Projetos / Deliberações**

Foi demandado pelo Comitê de Priorização do 1º Grau que fosse encaminhado ao CGER-3R a proposta de um programa na área de saúde para prevenção de doenças ocupacionais decorrentes do processo eletrônico e do teletrabalho. Essa ação foi aprovada pelo CGER-3R, mas até o momento não foi recebido nenhum projeto ou programa das áreas de saúde. Por ser um projeto regional, Rosana destaca que deve haver uma articulação entre as áreas de saúde dos Órgãos da Região para a apresentação dos projetos. Dr. Fabiano destaca a importância desse projeto, além do aspecto estratégico, pelo fato de que a cada exercício aumenta o uso do processo eletrônico, com impacto enorme no absenteísmo, nas licenças de juízes e servidores. A proposta é que seja estabelecido um prazo para o encaminhamento dessas propostas de projetos.

Outro projeto é a pesquisa de satisfação permanente (avaliação continuada dos serviços) que já está ativa na página da 3ª Região. Foi feita uma divulgação inicial e agora ela permanece na página da *internet*. No período de setembro a dezembro foram obtidas 82 (oitenta e duas) respostas, e a ideia é que em seis meses seja feita a primeira avaliação e consequente ações de melhoria.

Programa de Cálculos Judiciais foi desenvolvido pelo Dr. Caio, Juiz de 1º Grau, e já está em fase de homologação. Jader explicou que a SETI fez uma avaliação inicial sobre a estimativa de impacto que o referido programa trará no tráfego de dados na rede da JF da 3ª Região, onde concluiu-se que o programa não terá um grande consumo de dados. Feita esta avaliação, resta, apenas, a formalização desses levantamentos no processo para a conclusão e permissão de uso. Jader destacou que será muito importante definir como será feita a gestão desse sistema, de forma que haja continuidade do uso desse sistema. Jader informou, também, que apesar desse sistema ter sido desenvolvido numa plataforma do Google e não compor a relação de sistemas da SETI, poderá servir de parâmetro para o eventual desenvolvimento de uma plataforma definitiva para a 3ª Região.

No projeto Gestão por Competências, já deliberado pelo CGER-3R, as áreas de Gestão de Pessoas deverão conhecer quais as novas competências necessárias para o novo cenário de trabalho com o PJe. Ainda não foi recebido nenhum encaminhamento deste projeto na ADEG. Dr. Fabiano menciona que no âmbito da Diretoria do Foro de São Paulo foi realizado, em outubro e novembro, uma atividade que procurou repensar a estrutura administrativa principalmente das secretarias do 1º grau e como adequá-las à nova realidade do Processo Eletrônico e que muito em breve o Diretor do Foro vai trazer ao conhecimento da Presidência do Tribunal o resultado desse exercício para que possa ser submetido às áreas técnicas do Tribunal e eventualmente levar adiante a idéia.

Projeto Depósitos Judiciais, é um projeto nacional onde o CJF pediu um gestor regional que é o Dr. Paulo Neves, Diretor do Foro da SJSP. O projeto foi aprovado e está caminhando em nível nacional.

Outro Projeto considerado estratégico é o Monitoramento e Gerenciamento de demandas repetitivas no 1º Grau. Uma questão levantada nas últimas pesquisas realizadas diz respeito a dificuldade de se atingir as metas devido a grande demanda. Ficou como proposição a tentativa de monitoramento das demandas repetitivas para ver sua tendência e tentar gerenciá-la de forma a dar maior vazão aos processos relativos. Até o momento não houve encaminhamento deste projeto. Mas existe um projeto no CJF com escopo semelhante e que deve ser um projeto nacional. A proposta é que seja sobrestado esse projeto até que se receba o andamento da proposta de projeto nacional que virá do CJF.

Outro projeto tido como estratégico foi a mudança das páginas da *internet* e *intranet*, que visa atender legislação sobre transparência e acesso à informação. O projeto já está sendo finalizado, com previsão de término até 15 de fevereiro de 2018.

Todos esses projetos estratégicos e demais projetos deverão ser disponibilizados no novo Portal de Gestão de Projetos, em atendimento à Resolução 157 da Presidência, que define como deve ser feito a gestão de projetos no âmbito da 3ª Região. Estima-se que até o final do primeiro trimestre de 2018 todos os projetos estratégicos já poderão ser visualizados e acompanhados através de Portal e, a partir do segundo trimestre, todos os demais projetos. O gerente de cada projeto tem a responsabilidade de alimentar o portal com cronograma e atividades, bem como o percentual de cumprimento do projeto.

Dr. Jean, Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, fala sobre a importância do projeto relativo a saúde. Comenta também sobre a necessidade urgente de ações ou projetos na área de segurança institucional. Dra. Cecília faz uma observação sobre a questão de segurança dizendo que esteve recentemente em Brasília em sessão no CJF onde, após a reunião, o Ministro Corregedor Raul Araújo chamou todos os presidentes dos TRFs para conversar exatamente sobre a necessidade de uniformidade no que diz respeito a segurança, razão pela qual será prudente aguardar as ações do CJF.

Osny fala sobre a importância do apoio da gestão estratégica e do avanço da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul com a implantação dos JEVAs, que trouxe resultados muito favoráveis à Seção Judiciária e principalmente aos jurisdicionados. Destacou também a importância da ação da gestão estratégica da justiça que tem favorecido o avanço da Justiça Federal da 3ª Região.

Dr. Fabiano fala sobre o estado geral dos projetos principais da presidência. Inicia falando sobre o PJe e os grandes avanços que se iniciaram em dezembro de 2016 e que ao longo de 2017 foi concluído todo o cronograma para todas as 51 subseções judiciárias da 3ª Região. Em 22 de fevereiro de 2016, quando a Dra. Cecília assumiu a Presidência do Tribunal, havia na terceira região 986 processos eletrônicos e, no dia de hoje, existem 196.625 processos, com uma expectativa que no dia 19/12/2017 seja atingida a marca de 200.000 processos eletrônicos. Importante também deixar registrado que, ao longo de 2017, deu-se continuidade ao esforço de integração do sistema PJe e os sistemas utilizados pelos tribunais de justiça de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Menciona que ao longo do ano de 2017 o sistema PJe ganhou a versão 2.0 que trouxe um ganho muito positivo para todos os usuários. O PJe é utilizado hoje por 22 tribunais de justiça no Brasil, por todo segmento eleitoral e trabalhista, TSE, TST, e por 3 Tribunais Regionais Federais (1ª, 3ª e 5ª Região). Também já se prevê para os próximos meses a implantação do PJe na área criminal, particularmente iniciando pelos Habeas Corpus, e no âmbito dos JEFs e das TRs prevê-se a implantação a partir de fevereiro de 2018. Outro projeto que foi desenvolvido com êxito nesta gestão diz respeito à Assessoria de Apoio aos Gabinetes que ficou encarregada de prestar auxílio aos gabinetes das turmas criminais da 4ª Seção do tribunal, com a convocação de duas Juízas Federais: Dra. Noemi Martis e Dra. Luiza Filgueiras. Foram julgadas 4.500 apelações, diminuindo sensivelmente o contingente de processos cíveis dos gabinetes. Outra grande conquista foi o estudo relacionado ao mapeamento da estrutura da jurisdição do 1º grau que foi concluído no primeiro quadrimestre de 2017 e compartilhado e validado pela Corregedoria. Foram feitos, ao longo do ano, concursos de promoção e remoção de magistrados. Foram instalados JEFs em algumas subseções faltantes como todo o interior do estado de Mato Grosso do Sul e, na SJSP, na Subseção Judiciária de Marília. Hoje podemos dizer que a Terceira Região presta jurisdição a 100% dos seus jurisdicionados, seja pelas varas federais seja pelo juizados. E já antevendo o aumento da jurisdição, foram feitas instalações de Turmas Recursais, uma em São Paulo e outra em Campo Grande-MS.

Rosana deixa consignado que o estudo sobre as jurisdições deverá ser atualizado em 2018.

Dra. Therezinha agradece ao Dr. Jean pelos parabéns recebidos pela eleição, mas diz que a responsabilidade se mostra muito grande tendo em vista a exitosa gestão da Dra. Cecília Marcondes. Parabeniza toda a equipe da Presidência pela profícua gestão.

Dr. Sérgio Nascimento também parabeniza a administração pelo trabalho realizado.

Dra. Cecília agradece a todos pela colaboração e encerra a reunião.

## DELIBERAÇÕES DO COMITÊ

- 1) Realizar uma reunião entre as áreas envolvidas na prestação de informações para o IPC-Jus, para levantamento e análise de todas as suas variáveis, para que, até o final de fevereiro/2018, seja apresentado um plano de ação para melhorar a colocação da Região no citado índice.
- 2) As áreas de saúde da JF da 3ª Região deverão apresentar, até o dia 09/02/2018, proposta de um programa na área de saúde para prevenção de doenças ocupacionais decorrentes do processo eletrônico e do teletrabalho.
- 3) As áreas de gestão de pessoas da JF da 3ª Região deverão apresentar, até o dia 09/02/2018, o projeto (definição de escopo, atividades, etc.) de Gestão por Competências com foco nas novas atribuições decorrentes da ampliação do uso do Processo Judicial Eletrônico.
- 4) Fica sobrestado, no âmbito da JF da 3ª Região, o projeto sobre Monitoramento das Demandas Repetitivas do 1º Grau, até que sejam definidos, pelo CJF, os parâmetros de um projeto nacional de escopo semelhante.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Neves Ribeiro, Supervisor da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos**, em 17/01/2018, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Tiraboschi Junior, Assessor de Comunicação Social**, em 17/01/2018, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Maria Piedra Marcondes, Desembargadora Federal Presidente**, em 17/01/2018, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Marcos Ferreira, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul**, em 17/01/2018, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maira Zau Serpa Spina D Eva, Assessora do Desembargador Federal Coordenador dos JEFs da 3ª Região**, em 17/01/2018, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto de Almeida Nunes, Diretor-Geral**, em 17/01/2018, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Osny Magalhaes Pereira, Diretor da Secretaria Administrativa**, em 17/01/2018, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio do Nascimento, Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região**, em 17/01/2018, às 22:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Therezinha Astolphi Cazerta, Corregedora-Regional**, em 18/01/2018, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dinalva Conceição Machado Costa, Diretora do Núcleo de Apoio Judiciário da SJSP**, em 18/01/2018, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Favini, Supervisora da Seção de Gestão Estratégica e de Processos**, em 19/01/2018, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Guedes de Castro, Técnico Judiciário**, em 26/01/2018, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kátia de Cássia Egídio, Supervisora**, em 29/01/2018, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretora de Núcleo**, em 29/01/2018, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3344183** e o código CRC **788DFA1F**.